

Entre picos e aldeias: disputas conceituais em torno da categoria “esporte”

Pedro Diniz Marques Vieira¹

João Pedro Medeiros²

Enquanto a sociologia trata de fazer a ciência social do observador, a antropologia busca elaborar a ciência social do observado.

Lévi-Strauss

O futebol brasileiro funciona como a verdadeira instituição zero, plena de significantes, à espera de serem preenchidos com significados.

Simoni Guedes

1. Introdução

Trecho de entrevista um:

“Todos os esportes têm essa pegada e, quando gera competição, tem rivalidade. Mas no fim das contas todo mundo é parente. É diferente de quando acontece um jogo fora. Não tem essa questão de sentimento de parentesco. É apenas para competir, ganhar e sair.” (Pedro Pataxó, professor de Educação Física na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha).

Trecho de entrevista dois:

“Uma das coisas que as pessoas às vezes me perguntam é: ‘Duca, qual é o seu esporte preferido?’. Eu respondo: ‘Jiu-Jitsu’. [Retrucam:] ‘E o surfe?’. O surfe é minha vida. Surfe não é esporte, surfe é minha vida” (Eduardo ‘Duca’ Cavalcanti, 55 anos e empresário do surfe).

Os conceitos são imprescindíveis para qualquer projeto de conhecimento. Nas Ciências Humanas e Sociais, eles passam em revista um conjunto de realidades absolutamente distintas e abstraem, sob forma textual, características avaliadas como similares. Ao operar uma simplificação frente ao denso e complexo quadro das interações humanas, o conceito termina por orientar um certo tipo de enquadramento sobre aquilo que nós — antropólogos,

¹ Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Etnografia e Crítica Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

sociólogos, historiadores, etc. — nos debruçamos como nossos objetos de pesquisa (Laville; Dionne, 1999).

Os dois trechos de entrevista acima, extraídos dos contextos de pesquisa etnográfica de ambos os autores deste trabalho, aludem a acepções diferentes daquelas normalmente empregadas no âmbito da tradição socioantropológica que se dedicou ao estudo do fenômeno esportivo. Neste artigo, argumentamos que, ao longo do tempo, o emprego e a reprodução da categoria enfocada ganhou contornos muito estreitos. Sem deixar de usar o conceito de esporte, propomos aqui, em perspectiva comparada, fornecer alguns caminhos para, senão ampliá-lo, complexificá-lo à luz de duas experiências etnográficas. De um lado, as concepções a respeito do surfe enquanto prática para surfistas do Rio de Janeiro; de outro, o processo de construção de um evento esportivo indígena no extremo-sul baiano.

Como os grupos utilizam a categoria “esporte” para dar sentido a suas práticas? Quais são as continuidades e descontinuidades em relação ao conceito de esporte gestado no interior da produção acadêmica das Ciências Sociais? E o que isso pode nos dizer em relação ao lugar da Antropologia nesta discussão? Essas são as questões que ensejam nossa reflexão epistemológica em torno da constituição do esporte enquanto objeto, e metodológica, insistindo na etnografia e na comparação enquanto ferramentas fundamentais.

Conforme o historiador Victor Andrade de Melo (2010), em um debate que aproxima o estudo das práticas esportivas da história conceitual, as experiências históricas geram a necessidade de termos que as conceituem. A categoria esporte, em seu formato corrente, é uma “invenção inglesa” e sua exportação a outros países é coetânea a profundas transformações nas condições materiais e simbólicas da sociedade europeia do século XIX. Daí decorre uma vasta bibliografia, que aludiremos apenas de maneira pontual na primeira parte deste trabalho, sobre a transformação de práticas corporais populares em esportes institucionalizados. Nesse momento, chamamos atenção para a presença de um conjunto de antinomias, muito particulares a nossa tradição cultural, que podem ser sintetizadas pela tensão estruturante entre o lúdico e o competitivo³.

No tópico seguinte, baseando-nos no primado levistraussiano de que “a antropologia busca elaborar a ciência social do observado” (Lévi-Strauss, 2017, p. 363), como consta na epígrafe, sugerimos uma teoria etnográfica do esporte. Para isso, aproximamos a noção de

³ A própria conceituação da palavra “esporte” nos dicionários é ilustrativa de tal tensão. O dicionário Houaiss, em sua versão *online*, define-a como: “atividade física regular, com fins de recreação e/ou de manutenção do condicionamento corporal e da saúde”, “jogos ou atividades que requerem destreza física, com observância de regras específicas” e “atividade lúdica; hobby, passatempo”. Para uma discussão aprofundada sobre a etimologia da palavra “esporte” ver Melo (2010).

esporte a de “veículo de significação”, como sugerido por Guedes (2023 [1977]) quando se referiu ao futebol brasileiro como “instituição zero”. Ao fim, retornamos aos nossos contextos de pesquisa e, a partir deles, demonstramos como diferentes agentes acionam discursivamente suas respectivas noções de esporte.

2. O conceito de esporte nas ciências sociais

A emergência do esporte enquanto tema e objeto de estudo se constitui, primordialmente, no âmbito da Sociologia, ao longo da segunda metade do século XX (Mello, 2010). Após a Segunda Guerra Mundial, com o rearranjo da geopolítica global, o esporte se tornou uma das práticas sociais de maior alcance no planeta, tematizando simbolicamente as disputas transnacionais. Isso se deu notadamente por meio dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol, megaeventos cujas entidades organizadoras (o Comitê Olímpico Internacional e a Federação Internacional de Futebol) possuem mais membros do que a Organização das Nações Unidas (ONU) (Mello, 2007, p. 17).

Além disso, na segunda metade do século passado, o consumo de massa capitalista criou as condições segundo as quais o lazer e a prática de um esporte se tornaram fenômenos adjuntos ao trabalho (Booth, 1995; Turner, 2015). Em grande parte do globo, mas sobretudo nas sociedades ocidentais, esse fator se encaixou a um formato de realidade profundamente marcado pelas imagens midiáticas e publicitárias, tornando legítimo o reconhecimento do esporte em sua dimensão “espetacular”, ao modo de Debord (2003).

Para caracterizar historicamente a presença das práticas esportivas nas agendas de pesquisa dos cientistas sociais e historiadores seria necessário ainda mencionar outras marcas do pós-guerra:

[...] as preocupações com o ultranacionalismo; a emergência das inquietações com os países em desenvolvimento; a ascensão da cultura como um dos elementos centrais para se pensar a dinâmica social e mesmo os movimentos de globalização, que trouxeram à tona um sem número de arranjos sociais (Melo, 2007, p. 17)

É dentro desse contexto que a temática se consolida, sobretudo em função das reflexões de Pierre Bourdieu (2003-2019 [1978]; 2004 [1980]) e Norbert Elias, em parceria com Eric Dunning (Elias; Dunning, 1992 [1985]) (Mello, 2010). Além deles, notabilizaram-se como referências fundamentais nos estudos sociológicos do esporte os autores: Jean-Marie

Brohm com *Sociologie politique du sport*⁴ de 1976 e Allen Guttmann com o livro *From ritual to record: the nature of modern sports*⁵ de 1978.

Por vias diferentes, os autores concebem o esporte como um acontecimento ligado à modernidade (Bourdieu, 2003; 2004; Elias, 1992; Guttmann, 2004) e produto da sociedade capitalista (Brohm, 1982). Assim, ainda que exista, no interior da literatura antropológica, menções a jogos e práticas de outras culturas associadas ao espectro esportivo datadas da mesma época ou de períodos anteriores⁶, o paradigma que parece melhor ter se estabelecido foi o da *esportivização*.

Esportivização sugere por si só um processo mais institucional, gradual e formal. A formação desse substantivo abstrato, mediante o acréscimo do sufixo “-ização” ao radical “esportiv-”, indica, por definição, um processo ou ato em curso. A ênfase na mudança das instituições esportivas, ou seja, na “sociogênese” do esporte, por parte dos autores listados permite afirmar que o paradigma da *esportivização*, ainda que restrito textualmente à perspectiva elisiana, ultrapassou-a e fincou profundas raízes nas fórmulas acadêmicas de representação do esporte.

Uma adaptação de “desportivização”, conceito presente na versão portuguesa consultada de *A Busca da Excitação*, o termo é concebido originalmente como uma abreviatura do processo de transformação de passatempos em esportes (Elias; Dunning, 1992, p. 42-43). Segundo essa perspectiva, que se respalda na diacronia das instituições, o esporte moderno seria resultado de um processo de transformação dos modos de uso do corpo em movimento nas classes populares inglesas (cujos exemplos mais notórios são os diversos jogos com bola) e também de elementos da cultura corporal da nobreza inglesa (Bourdieu, 2003). Tais transformações seriam, portanto, contemporâneas à “parlamentarização” das classes inglesas no século XVIII e à consequente pacificação dos longos conflitos entre o parlamento e as câmaras dos lordes e dos comuns (Elias; Dunning, 1992).

A ênfase dada por esses autores ao desenvolvimento do esporte tendo como epicentro a sociedade inglesa não é fortuita. Palco de grandes transformações históricas, como o Iluminismo e a Revolução Industrial, que alteraram os rumos da Europa e do mundo, a Inglaterra sintetizou significativas alterações nas estruturas de personalidade e sensibilidade

⁴ Em português, o título é 'Sociologia Política do Esporte' (tradução nossa). A edição em língua espanhola consultada data de 1982 e intitula-se Sociología Política del Deporte.

⁵ Em português, 'Do Ritual ao Recorde: a natureza do esporte moderno' (tradução nossa). A edição em língua inglesa consultada data de 2004.

⁶ (Ver, por exemplo, Tylor, 1880; Firth, 1930; Gluckman e Gluckman, 1977).

dos indivíduos, produzindo mudanças sensíveis no que diz respeito à gestão das condutas e da violência (Ibid, p. 44).

Em *A Busca da Excitação*, é fundamental considerar que a contribuição do livro busca assentar-se na elaboração de uma perspectiva ampla sobre o desenvolvimento e as características das práticas esportivas, notadamente o futebol, em compasso com um projeto de conhecimento interessado na mudança dos hábitos sociais. A própria forma como a noção de “processo” é arrolada por esses autores permite afirmar que há uma sociologia histórica em curso na análise. Ela se casa com uma sociologia figuracional — característica marcante da obra elisiana (Giulianotti, 2004) —, que prevê a não separação entre “indivíduo” e “sociedade” no escopo do estudo.

Ao atentarem para o conjunto de pulsões que perpassam o comportamento coletivo, bem como os dispositivos que as acompanham, Elias e Dunning compartilham uma série de pressupostos da perspectiva freudiana. No texto, nota-se uma dimensão agonística na concepção do que seja a constituição humana, pela sua condição *sui generis* de ser um animal social. Assim, segundo essa leitura, como qualquer espécie, possuímos instintos; contudo, o fato de vivermos em sociedade exige o desenvolvimento de um aparelho psíquico capaz de sublimá-los. Com o avanço civilizacional e o crescimento da automoderação individual, essa dinâmica se intensifica, pois torna-se cada vez mais necessária a contenção dos desejos, demandando que a sociedade crie recursos para escoar a energia libidinal represada. Os esportes seriam um desses recursos, criando ambientes onde poderia haver “um descontrole das emoções agradável e controlado” (Elias; Dunning, 1992, p. 73).

Assim, situado no tempo e no espaço, o esporte apresentou uma série de qualidades modernas que passariam a distingui-lo de seus exemplares pré-modernos ou “primitivos”. No livro *From Ritual to Record*, interessou a Allen Guttman (1978) diferenciar as práticas esportivas atuais do que chamou de jogos primitivos, ancestrais e dos jogos medievais. O autor estabelece uma tipologia bastante adequada para a compreensão da lógica do esporte de alto rendimento. Segundo ele, características como secularização, igualdade de oportunidades, especialização, racionalização, burocratização, quantificação e busca por recordes — princípios que orientam a sociedade capitalista pós-industrial — deixaram uma marca profunda na prática esportiva. Guttman define o esporte na condição de competição física “lúdica”, isto é, competição não utilitária que inclui uma grande medida de habilidades físicas e intelectuais (Guttman, 1978, p. 7).

É sintomático, por exemplo, que o secularismo seja a primeira característica a ser apresentada pelo autor pois, de fato, toda a base do seu argumento está montada sob a teoria

weberiana de que a modernidade é marcada pelo “desencantamento do mundo”, *i.e.*, pela diminuição da importância da religião como chave de inteligibilidade da realidade. A racionalização e a burocratização da esfera esportiva retomam novamente a argumentação em torno do contraste com os esportes não modernos. Para Guttman, o esporte moderno precisa de um aparato burocrático que regula as regras de uma modalidade, tornando-as universais para que a uniformidade da prática seja garantida independentemente do local. Essas regras não são fixas, podendo ser alteradas a partir de novos acordos entre seus praticantes. O motor dessas mudanças seria a racionalização, pois, com a criação de medidas lógicas para alcançar fins específicos, as modalidades permaneceriam em constante atualização para que se tornassem sempre mais justas ou atrativas.

A partir do marxismo, Jean-Marie Brohm (1982) atualiza o paradigma da *esportivização* e não se furta de anexar conceitos ao que chamou de “processo de produção esportiva”. Segundo ele, o sistema esportivo depende de um modo de produção dado, o capitalista; sistema este que produz mercadorias particulares: campeões, espetáculos, recordes, etc. Assim, a institucionalização esportiva é regulamentada e regida por alguns princípios: organização burocrática, rendimento, hierarquização e publicidade. Para Brohm, portanto, o esporte é um sistema de competições físicas generalizado, universal e, a princípio, aberto a todos, que se estende no espaço (nações, grupos sociais, grupos etários, etc.) e no tempo (comparação de recordes em gerações sucessivas), e cujo objetivo é de medir e comparar as atuações do corpo humano, concebido sempre como potência “perfectível”.

Uma das teses centrais de *Sociología Política del Deporte* é de que as práticas esportivas refletem fielmente o princípio de rendimento sobre o qual está construído o capitalismo industrial. Desse modo, o rendimento no esporte profissional representaria uma mercadoria em si mesma, carregando consigo uma homologia estrutural entre a ênfase na competição e o intercâmbio mercantil/monetário do modo de produção vigente.

Evidentemente, não se trata aqui de esmiuçar cada uma dessas características e princípios defendidos pelos autores. Por outro lado, a ocasião serve-nos para entender em que medida o pensamento social sobre o esporte criou referenciais que atrelam o fenômeno esportivo ao da modernidade, reduzindo aspectos muito particulares a epifenômenos uniformes provenientes do paradigma da *esportivização*.

Para fechar o arco teórico daqueles autores que, segundo nossa análise, convencionaram a *esportivização* enquanto paradigma dos estudos esportivo, resta Bourdieu. Nesse quesito, Bourdieu, que não era um sociólogo propriamente do esporte, viu neste campo um objeto capaz de dar fôlego às suas teorias. A contribuição de Bourdieu consiste em propor

questionamentos para os cientistas sociais que pretendem se dedicar de forma mais específica a essa temática, oferecendo sua teoria sociológica como modelo teórico.

Em dois textos muito conhecidos de meados de 1980, baseados em conferências proferidas pelo autor, apontam-se alguns caminhos possíveis para a investigação sociológica do esporte. No primeiro, denominado “Como se pode ser desportista?”, o sociólogo francês evoca a necessidade de uma história social do esporte que seja capaz de apresentar uma genealogia do campo esportivo para “saber a partir de que momento (não se trata de uma data precisa) é possível falar de esporte”, ou seja, saber a partir de quando “o esporte foi definido como uma prática específica, irreduzível a um simples jogo ritual ou ao divertimento festivo” (Bourdieu, 2003, p. 183).

Bourdieu também parece ler o processo de transformação que culmina nas práticas esportivas a partir da ideia de racionalização. No mesmo texto, o autor afirma que

A autonomização do campo das práticas esportivas também é acompanhada de um processo de *racionalização* destinado, segundo os termos de Weber, a assegurar a previsibilidade e a calculabilidade, além das diferenças e dos particularismos: a constituição de um *corpus* de regulamentos específicos e de um corpo de dirigentes especializados (...) a necessidade de regras fixas e de aplicação universal impõe-se assim que os “intercâmbios” esportivos se estabeleçam entre diferentes instituições de ensino, depois entre regiões, etc (Ibid., p. 186, grifo do autor).

Em “Programa para uma sociologia do esporte”, Bourdieu anuncia novamente algumas de suas propostas para a subdisciplina. Ele enfatiza a necessidade de entender como uma determinada oferta de modalidades esportivas encontra sua demanda, de modo que o trabalho dos sociólogos consistiria em mapear todos os atores relevantes nestes circuitos. Conclui, portanto, que, “para compreender um esporte, qualquer que seja ele, é preciso reconhecer a posição que ele ocupa no espaço dos esportes. (...) Em seguida, é preciso relacionar esse espaço de esportes com o espaço social que se manifesta nele” (Bourdieu, 2004, p. 208).

Um aspecto fundamental, presente em todos os autores acima, é o de que o fenômeno esportivo, em suas mais variadas manifestações, resume-se ao paradigma da *esportivização*. No plano epistemológico, isso significa a quase completa correspondência do esporte a princípios ideológicos recorrentes e críticos de nossa tradição cultural. Se é razoável a hipótese de que há uma cultura ocidental e de que somos entes partícipes desse horizonte de sentido discreto e estruturado, é razoável também argumentar que diversos elementos processaram a inauguração dessa dimensão que chamamos de “moderna” em nossa cultura (Duarte, 2004). Estamos falando aqui, evidentemente, de alguns princípios ideológicos

estruturantes, como a ideologia do individualismo que, com seus corolários políticos e econômicos, viabilizou o valor do indivíduo livre e igual, cidadão autônomo dos Estados-nação, que fundamenta as concepções de rendimento, hierarquização, quantificação de resultados e igualdade de oportunidades no esporte.

Princípios ideológicos concomitantes também sobressaem no espectro esportivo, sobretudo aqueles concernentes ao horizonte universalista. Falamos aqui do racionalismo e do cientificismo, nos quais a experiência humana é concebida como ilimitada, “capaz de fazer avançar o controle cognitivo e técnico do mundo disponível para nossa espécie” (Ibid., 6). Vemos tais primados espriarem-se nas mais distintas características no âmbito do esporte, como por exemplo em sua secularização, especialização, busca por recordes e burocratização de suas instituições.

Não argumentamos aqui em desfavor das correspondências erigidas teoricamente por esses autores entre o esporte e os traços mais salientes da sociedade moderna. Apenas recusamos a estabilização do paradigma da *esportivização* enquanto premissa nos estudos das práticas esportivas. Em complemento, afirmamos que há uma contraforça cultural bem ao lado dessa subnarrativa esportiva positiva e progressista, a qual se articula estreitamente com o complexo de produção midiático, com a racionalização do esporte, com sua parametrização e, consequente, “olimpidização”. Nos referimos aqui por “contraforça” a perspectiva segunda a qual a cultura ocidental moderna é perpassada por uma “tensão inarredável” entre a visão iluminista/racionalista do mundo e a visão romântica (Duarte, 2004; 2012).

Para os devidos fins deste trabalho, não será possível estendermos-nos em demasia nesse ponto, mas é preciso observar que a antinomia existente entre ambas as visões é uma solução terminológica tentativa que se apresenta diante da complexidade cosmológica sobre a qual repousa a modernidade e o fenômeno esportivo. Extraímos da locução “romantismo”, em toda sua extensão semântica, principalmente a característica de reação, resistência e denúncia ao arranjo atual das coisas (*establishment*) (Ibid.; Berlin, 2012). A partir de nossas pesquisas etnográficas, atribuímos ao surfe e ao esporte indígena — deduzimos que isso se apresente em outras modalidades, senão em todas, em graus e tons variados — a condição de serem esportes (é óbvio!) e conviverem em simultâneo com formulações que desafiam exatamente tal condição.

A isso demos o nome de tensão ludocompetitiva. Trata-se aqui de conceber o lúdico e o conflito como fatores fundamentais da vida social e perseguir os sentidos e significados que os próprios agentes atribuem ao surfe e às práticas indígenas ao mobilizarem a categoria esporte. O problema não reside apenas na necessidade de ampliar ou redefinir o conceito de

esporte, mas de deslocar o próprio modo como a antropologia se relaciona com essa categoria. Ao afirmar isso, não cremos estar adicionando ao debate nenhum tipo de inovação teórica. É abundante o número de trabalhos que exploram como a categoria é evocada sob diferentes prismas. Por si só, esse acúmulo de pesquisas já é indicativo de que o lugar da antropologia no campo mais amplo que chamamos de “estudos sociais do esporte” (Gastaldo, 2010) seja justamente o de explorar as diferentes formas com que as práticas esportivas emergem e o sentido que os praticantes a emprestam, em sua diversidade e em suas semelhanças.

3. Por uma teoria etnográfica do esporte

Em uma obra considerada fundacional da antropologia dos esportes no Brasil, Simoni Guedes (2023 [1977]) debruçou-se sobre o futebol brasileiro enquanto um fenômeno que, como poucos outros exemplos, possui uma capilaridade tamanha que permitia que fosse apropriado de forma heterogênea entre os diferentes extratos da sociedade.

Ao situar o futebol brasileiro como “instituição zero”, a autora chama atenção para sua dimensão simbólica constituinte. O futebol, antes de um objeto com um significado que lhe é particular, é um “veículo de significação”. A construção do argumento é feita utilizando a análise levistraussiana sobre a categoria *mana* enquanto significante flutuante, isto é, um significante de “valor simbólico zero” que demanda uma significação complementar. Nas palavras da autora, as categorias como *mana* e o próprio futebol “são formas que, em determinados momentos e sob determinadas circunstâncias, atualizam significados presentes como possibilidades, mesmo que aparentemente contraditórios com a estrutura social dominante” (2023, p. 81). Assim, destaca que seu projeto de pesquisa na dissertação era encontrar os diferentes significados que se acoplam ao significante “futebol” nos diferentes contextos sociais em que fez trabalho de campo.

Perguntamo-nos se a proposta da autora a respeito do futebol não poderia ser alargada para pensar a própria categoria “esporte” enquanto veículo de significação. A resposta a questão passa por um delineamento das características estruturais que conformam a dinâmica do jogo enquanto evento, pois é a partir dela que os significados são produzidos.

Nesse sentido, voltamos a Lévi-Strauss em sua oposição entre os jogos e rituais que fecha o artigo *A ciência do concreto*. Na famosa passagem, o autor afirma que

O jogo aparece, portanto, como disjuntivo: ele resulta na criação de uma divisão diferencial entre os jogadores individuais ou das equipes, que nada indicaria, previamente, como desiguais. Entretanto, no fim da partida, eles se distinguirão em ganhadores e perdedores. (...) No caso do jogo, a simetria é pré-ordenada; e ela é estrutural, pois decorre do princípio de que as regras são as mesmas para os dois campos. Já a assimetria é engendrada: decorre inevitavelmente da contingência dos

fatos, dependam estes da intenção, do acaso ou do talento (Lévi-Strauss, 2012, p. 49).

Se consideramos que os esportes são fenômenos demandantes de uma significação suplementar, a passagem nos ajuda a pensar porque e como esse processo de significação ocorre. A transformação de um estado de simetria e igualdade para um estado de assimetria e hierarquia enseja a produção de um sentido para a transformação e para os eventos que a engendraram. Como afirma Lévi-Strauss, “o jogo produz fatos a partir de uma estrutura”.

O contraste feito pelo autor entre a lógica dos jogos e lógica dos rituais, que não nos determos sobre o rendimento analítico neste momento, nos ajuda ao menos a visualizar com mais nitidez as características estruturais do esporte. Enquanto nos rituais a significação é dada *a priori* e as ações são pré definidas para atingir determinados fins, nos jogos, a significação é dada *a posteriori* para dar sentido a nova configuração gerada pelos eventos do jogo.

Ao estendermos a proposta de Guedes de pensar o futebol enquanto significante flutuante para as extensão das práticas esportivas, estamos cientes de que não se trata do mesmo empreendimento de pesquisa. Trata-se, sim, de pensar, a partir dessa proposta, os rendimentos epistemológicos e metodológicos que se pode extrair para o campo da antropologia dos esportes, tendo em vista que possivelmente a maior contribuição de nossa disciplina para a compreensão dos fenômenos esportivos seja explicitar, por um lado, a diversidade de formas com que esses fenômenos podem ganhar sentido dentro de configurações socioculturais específicas, com diferentes modulações entre aspectos lúdicos e competitivos, e, por outro lado, no reconhecimento das regularidades entre essas experiências, que nos permitem colocá-las em relação e analisá-las em perspectiva comparada.

Nesse sentido, podemos nos valer dos avanços metodológicos já registrados na reflexão de Melo (2007) a respeito das possibilidades do projeto de uma história comparada do esporte. A problemática enfrentada pelos historiadores ao compararem experiências de diferentes contextos culturais, advindos de sociedades de diferentes períodos históricos pode ser inspiradora para o campo da antropologia dos esportes na medida que nossos dilemas são muito próximos. Assim, o manejo da categoria “esporte” precisa ser encarado como um dos aspectos mais relevantes para uma discussão dos fundamentos metodológicos do nosso campo. Segundo Melo

A questão das analogias, que traz benefícios e riscos, passa aqui a ser um exercício caro e fundamental para os historiadores que fazem uso do método comparado. Um exemplo disso pode ser encontrado em nossas experiências recentes de construção

de um campo de investigação de práticas corporais na Grécia Antiga, Roma Antiga e Modernidade. Se adotarmos o conceito de campo esportivo de Pierre Bourdieu (1983), que nos parece bastante interessante, dificilmente podemos dizer que o que havia na Grécia e Roma da antiguidade tratava-se de esporte. Contudo, aqui podemos usar a categoria “esporte” como referência para traçar analogias, buscando semelhanças e diferenças, obviamente fazendo as devidas ressalvas. Com isso, não estamos dizendo que o que os gregos e romanos faziam era esporte, apenas estamos fazendo dialogar diferentes contextos a partir de uma categoria, que pode ser útil para ampliar nosso olhar sobre os objetos, tanto na antiguidade quanto na contemporaneidade (Melo, 2007, p. 24).

A reflexão proveniente do campo da História do Esporte nos é profícua por clarear o uso da categoria “esporte”. Com seu uso, não buscamos reificar uma determinada concepção de esporte gestada na tradição ocidental para enquadrar as práticas corporais que encontramos em nossas pesquisas. Utilizamos-la para dialogar com elas. No caso da Antropologia, esse diálogo ainda pode ir além, pois podemos (e devemos) levar em consideração o manejo nativo da categoria “esporte” e de outras que pertencem ao mesmo campo semântico. Nesse sentido, considerar o uso nativo da categoria “esporte” também amplia o nosso olhar sobre a própria produção científica sobre o que é o esporte.

Ao longo do desenvolvimento histórico da produção antropológica, quando os antropólogos encontram em campo atividades nativas conectadas a temas como recreação, apostas, disputadas regradas, violência ritualizada, competitividade, busca por status e valorização ética e estética do movimento humano, é comum que utilizem palavras como “jogo” e “esporte” para traduzi-las. De certa forma isso já é um indicativo do papel mediador que as categorias desempenham dentro da escrita etnográfica. Torna-se vital, portanto, avançar na compreensão teórica e metodológica de todos os desdobramentos decorrentes do seu uso.

A questão é análoga à de Carneiro da Cunha em relação ao uso da categoria “cultura” pelos povos indígenas. A autora afirma que, ao passo que correntes da Antropologia têm buscado se livrar da categoria, há um movimento político dos indígenas de reivindicarem a categoria cultura na esfera pública como ferramenta política para a reivindicação de seus direitos. No contexto pós-colonial, o conceito de cultura, utilizado pelo Ocidente para enquadrar os seus Outros, estaria fazendo uma “viagem de volta”, a partir de sua apropriação pelos povos colonizados. Carneiro da Cunha distingue, portanto, “cultura” (com aspas), “como recurso e como arma para afirmar identidade, dignidade e poder diante de Estados nacionais ou da comunidade internacional”, e cultura (sem aspas), “aquela ‘rede invisível na qual estamos suspensos’” (Carneiro da Cunha, 2017, p. 369). Isto é, distingue entre o conceito antropológico de cultura e o metadiscurso local sobre a cultura.

O que propomos aqui é uma discussão de como acontece essa “viagem de volta” do conceito de “esporte”, formulado teoricamente para dar conta da racionalização de atividades lúdicas em contextos modernos, quando reapropriado pelos nativos. No nosso caso, por surfistas em sua relação com a prática e por indígenas pataxó para darem sentido aos seus Jogos Indígenas. Interessa-nos avançar sobre o estatuto desse metadiscurso local sobre o esporte, utilizando-o como ponto de partida para a reflexão antropológica.

Assim, nossas pesquisas têm convergido na busca de um instrumento metodológico capaz de nos auxiliar a pensar como a categoria esporte é articulada nos discursos de nossos interlocutores. Encontramos no trabalho de Goldman (2003) sobre a política para os membros dos movimentos negros de Ilhéus, uma inspiração para formular a ideia de “teorias etnográficas do esporte”. Em sua formulação:

Uma teoria etnográfica tem o objetivo de elaborar um modelo de compreensão de um objeto social qualquer (linguagem, magia, política) que, mesmo produzido em e para um contexto particular, seja capaz de funcionar como matriz de inteligibilidade em outros contextos. Nesse sentido, permite superar os conhecidos paradoxos do particular e do geral, mas também os das práticas e normas ou realidades e ideais. Isso porque se trata de deixar de levantar questões abstratas a respeito de estruturas, funções ou mesmo processos, e dirigi-las para os funcionamentos e as práticas. (...) Trata-se, sim, de uma tentativa de elaboração de uma grade de inteligibilidade que permita uma melhor compreensão de nosso próprio sistema político (Goldman, 2003, p. 460).

Trata-se, portanto, de elaborar um modelo de compreensão do ponto de vista nativo sobre o esporte que possa colocar em perspectiva nossos próprios modelos acadêmicos sobre este objeto. Ou, ainda seguindo Goldman, “uma grade de inteligibilidade que permita uma melhor compreensão de nosso próprio sistema”, tornando mais claros os pressupostos mais básicos que assumimos como naturais ou universais e que estão na base dos discursos que produzimos sobre as práticas esportivas.

Uma teoria etnográfica se distingue, de um lado, das teorias científicas e, por outro, das teorias nativas. Isso porque recusa cair na relação entre verdade e falsidade na qual a dicotomia entre o saber científico e os saberes nativos são geralmente enquadrados, caindo ora em uma imposição unilateral do conhecimento científico como verdadeiro e rebaixamento dos saberes nativos; ora em um misticismo difuso que inverte a relação e alça a reflexão nativa sobre um determinado objeto como verdade, mas presa ao seu contexto de experiência.

Se um interlocutor pataxó nos diz que o sucesso do lançamento de seu *takape* nos Jogos Indígenas se dá pela ação dos encantados⁷, seria improdutivo do ponto de vista

⁷ Os encantados são os espíritos dos ancestrais e parentes que já realizaram a “passagem”, mas que permanecem presentes na vida e nas lutas do povo Pataxó.

antropológico enquadrar esse discurso enquanto crença e atribuir uma explicação biomecânica para o arremesso; mas igualmente improdutivo tomar a explicação nativa de barato e seguir para o próximo “fato etnográfico” sem extrair desse discurso todas as suas consequências. O que nos permitiria, por exemplo, colocar em perspectiva os pressupostos a partir dos quais pensamos a performance esportiva.

No mesmo sentido, se um interlocutor surfista nos explicita sua relação com o mar e com as ondas como uma experiência transcendente, não faria sentido algum pensar essa relação como mero resultado de estados psicológicos individuais, reduzindo-a a uma dimensão subjetiva e privada, nem tampouco aceitá-la apenas como uma narrativa poética sem consequências analíticas. Antes, trata-se de explorar o que essa formulação revela sobre as formas pelas quais esses praticantes constroem sentidos para o risco, para a técnica, para o domínio do corpo e para a própria noção de performance.

Dentro do campo da antropologia dos esportes, essa formulação foi bem desenvolvida no trabalho de Carlos Eduardo Costa a respeito da luta alto-xinguana. O autor realiza sua etnografia em uma aldeia Kalapalo, onde observa a preparação dos lutadores para lutarem o *ikindene*, realizado ao final do rito funerário dos chefes. Ao mesmo tempo que as categorias da antropologia dos esportes são usadas para ler os fenômenos observados em seu trabalho de campo, os dados etnográficos produzem novas chaves de leitura para expandirmos nossas compreensões das mesmas categorias. Nas palavras do autor

Nossa proposta visa à reclusão como momento determinante na formação de um lutador campeão, uma etapa cheia de imposições e sacrifícios na busca de um objetivo que é vencer as lutas. Por isso, mesmo após diferenciar a luta das demais práticas esportivas, ou, do entendimento que aqui propomos para essa categoria, o interesse é antes assemelhar, ou melhor, tomar a luta a partir daquilo que ela tem de comum com outras práticas modernas que já foram sistematicamente observadas. Termos como atletas, torcidas, vitórias, derrota, comemorações são frequentes em ambos os casos. O risco de um etnocentrismo invertido seria imaginar, como dissemos, que essas sociedades sul-americanas, os alto-xinguanos especificamente, não poderiam apresentar a competitividade esportiva por ser essa uma característica das sociedades capitalistas (Costa, 2013, p. 160-161).

No entanto, e esse me parece um ponto importante a se reter, Costa não está sugerindo que se use deliberadamente a categoria esporte (e outras a ela relacionadas) para enquadrar as práticas nativas como se fossem a mesma coisa que os “nossos” esportes. Trata-se de “destotalizar o esporte” (Ibid., p. 114) e colocá-lo sempre de forma situada como grade de inteligibilidade para nos aproximarmos da compreensão antropológica das práticas que são descritas nas etnografias e que não podem ser simplesmente descoladas de seu contexto.

Destotalizar o esporte significa, portanto, não reificá-lo enquanto instituição social com pretensões universalistas, em que o conceito de esporte, tal como formulado na

academia, é utilizado como referência e o material nativo analisado em suas ausências e similaridades. Mas sim de insistir no caráter situado de cada prática. O papel da antropologia das “esportividades ameríndias”, seria, nesse sentido, o de desbravar o universo dessas práticas através de sua ferramenta metodológica por excelência: a etnografia e a busca do ponto de vista nativo. Em suma, abster-se de definir o que “é ou não esporte em nome da descrição e análise etnográfica” (Ibid., p. 112).

4. Casos etnográficos

Para tangibilizar o argumento que viemos construindo até aqui, apresentaremos casos etnográficos formulados a partir de trabalho de campo realizado por nós para nossas pesquisas de doutorado em curso. O primeiro advindo da aldeia indígena de Coroa Vermelha, no extremo sul da Bahia, onde acontecem os Jogos Indígenas Pataxó. E o segundo a partir de relatos dos surfistas de duas praias da zona sudoeste do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é expor como a tensão ludocompetitiva se materializa nos dois contextos de pesquisa e como podemos utilizar a abordagem metodológica da teoria etnográfica como ferramenta para nos aproximarmos do sentido dado ao esporte.

4.1. Competição e celebração nos Jogos Indígenas Pataxó

A etnia Pataxó ocupa ancestralmente a região do extremo sul do estado da Bahia. Atualmente encontra-se distribuída, principalmente, entre os municípios de Santa Cruz Cabrália, ao norte, e Prado, ao sul. O maior contingente populacional concentra-se nas regiões litorâneas, mas se estende a aldeias localizadas mais a oeste até o nordeste do estado de Minas Gerais.

Um dos marcos do seu calendário é a realização dos Jogos Indígenas Pataxó (JIP), sediado na aldeia de Coroa Vermelha, na cidade de Santa Cruz Cabrália, sempre em torno do dia 19 de abril. Data que o Estado brasileiro definiu oficialmente como Dia dos Povos Indígenas. O evento é a ocasião da maior reunião da etnia, em que comitivas de diferentes aldeias vão para Coroa Vermelha para participarem do evento, que reúne cerca de mil pataxós.

Atualmente em sua décima nona edição, a trajetória de consolidação dos JIP pode nos ajudar a pensar as diferentes formas de apropriação da estrutura esportiva. O embrião do evento foi uma iniciativa conduzida por alunos da Escola Indígena no ano 2000, que propuseram à comunidade uma Olimpíada Pataxó. O evento tinha como inspiração, por um lado, os Jogos Olímpicos que, naquele ano, aconteceram na cidade de Sydney; e os Jogos dos

Povos Indígenas, evento que teve algumas edições entre os anos de 1996 e 2015 e se consolidou como o maior evento esportivo indígena no país, reunindo dezenas de etnias.

Assim, os alunos propuseram um evento escolar composto por uma grade de modalidades que mesclava esportes olímpicos e práticas consideradas tradicionais, como a pesca e produção de artesanatos. O sucesso do evento fez com que crescesse de escala, tornando-se um evento organizado pelas lideranças da aldeia Coroa Vermelha para reunir e o máximo de pataxós de diferentes localidades e fortalecer a identidade étnica e o intercâmbio entre aldeias.

A trajetória dos JIP é marcada por uma transição profunda em seu formato: de um modelo inicial inspirado nas Olimpíadas ocidentais, focado em competição e premiação, para um formato celebrativo e de integração, voltado para o fortalecimento da identidade e a luta política, tendo os Jogos dos Povos Indígenas como referência.

As primeiras edições do evento seguiam uma estrutura de campeonatos esportivos, com chaveamentos para definir os confrontos entre as equipes, culminando na definição dos campeões de cada modalidade e uma premiação em dinheiro de acordo com a colocação. Após algumas edições, percebeu-se que o formato precisava ser revisto devido aos conflitos e tensões acarretados pelas disputas esportivas nos Jogos. Um interlocutor de pesquisa que foi organizador do evento informou que

quando tinha os Jogos, como tinha premiação, a galera brigava. A galera levava muito a sério e tinha equipe que não falava com a outra durante um ano. Primos não se falavam por causa de briga nos jogos. Era engraçado, você chegava na aldeia e tinha brigas dos Jogos. “Você não gosta de fulano por que?” “Porque ele roubou nos Jogos” ou “ele me machucou nos Jogos”. Sempre tinha alguma coisa em relação aos Jogos (Notas de campo, setembro de 2024).

Os conflitos causados pela competição colocavam em risco os objetivos principais do evento de promover a identidade cultural pataxó, a integração entre as diferentes aldeias e a coesão da etnia. Assim, propôs-se que os JIP passassem “de um formato competitivo para um formato celebrativo, sem premiação” (Notas de campo, 2024).

Neste novo formato, a grade de modalidades é modificada consideravelmente. Retiram-se modalidades ligadas à tradição ocidental e investe-se na criação de modalidades que tenham ligações com práticas consideradas pelos próprios pataxós como tradicionais e/ou ancestrais. Nesse momento, a inspiração dos Jogos dos Povos Indígenas se torna mais evidente. Os JIP tomam emprestado algumas das modalidades que compunham a grade desse evento, como arco e flecha, zarabatana e corrida com tora, mas buscando ressignificá-los sob a luz da história e práticas pataxó. E assumem o lema “o importante não é competir, mas celebrar”. O movimento foi bem sintetizado por outro interlocutor, que relatou que

Antes os jogos eram competitivos, agora são de integração. Antes tinha um campeão e isso causava brigas entre as equipes. Chegavam aqui no outro ano e falavam “nós somos os atuais campeões”. Nós não podemos trazer esse atrito pra dentro da nossa comunidade. O intuito dos Jogos é criar uma integração para promover a nossa identidade, a nossa resistência, as nossas lutas por terras (Notas de campo, abril de 2026).

Na prática, alterou-se a dinâmica de realização dos Jogos. As modalidades deixaram de ter campeões e se tornaram exposições, sem prêmio em dinheiro para os vencedores. Nas modalidades coletivas, passou a ser feito apenas um confronto entre duas equipes a partir de um chaveamento prévio. Já nas modalidades individuais todos competiam juntos com um representante por equipe. Ao final, todas as equipes passaram a receber troféus de participação e não apenas para as três melhores equipes.

O futebol, modalidade mais popular na região, também foi retirada da grade de modalidades, pois, segundo um interlocutor “não é da nossa cultura [pataxó] e atrapalhava porque causava muita briga” (Notas de campo, abril de 2026).

Os JIP participam de um movimento mais amplo que os Pataxó regularmente chamam de *retomada da cultura*. Processo de décadas em que os indígenas locais buscam se reapropriar de sua história e tradições para afirmarem sua identidade e reivindicarem direitos por territórios. Interessa-nos aqui apontar como as categorias “cultura” e “esporte” vem sendo mobilizadas dentro desse processo. Isto é, no processo de revitalizar a própria cultura, há uma esportivização de práticas para se tornarem modalidades nos JIP, produzindo performances corporais que só podem ser encontradas neste evento.

Quando falamos de esportivização neste contexto, não podemos nos voltar aos conceitos sociológicos de esportivização presentes nas obras comentadas anteriormente, pois a formação de modalidades esportivas para os JIP não atende aos critérios de secularização, burocratização e universalidade presentes nas teorias previamente aludidas. Para entender essa esportivização nativa, faz-se necessário entender como o processo é pensado sob o ponto de vista daqueles que o colocam em marcha. No caso, quais são as características da apropriação pataxó do esporte para produzirem um evento esportivo indígena.

Em nossa interpretação, tudo se passa como se essa apropriação, entre outras características, buscasse dois movimentos. De um lado, maximizar os aspectos conjuntivos da prática esportiva: todos os participantes comungam da mesma identidade pataxó; e, por outro, minimizar os aspectos disjuntivos: a assimetria entre vencedores e perdedores da estrutura esportiva é nuançada.

O primeiro movimento é feito através da reafirmação contínua do pertencimento coletivo pataxó, visível tanto nos discursos das lideranças quanto na própria organização do evento, em que as delegações se apresentam menos como adversárias do que como representantes de aldeias diferentes de um mesmo povo. O segundo ocorre pela transformação da estrutura competitiva dos Jogos, que mantém alguns elementos formais do universo esportivo — modalidades, equipes, confrontos e performances corporais —, mas desloca o eixo de significação da competição para a celebração.

O lema “o importante não é competir, mas celebrar” sintetiza precisamente essa tensão entre o aspecto lúdico e competitivo das práticas esportivas. Afinal, se o aspecto competitivo não estivesse presente de forma tácita, não seria necessário negá-lo repetidamente.

Mas não se trata de negar o esporte ou a competição, os Jogos Indígenas Pataxó produzem uma reconfiguração situada dessas categorias, articulando-as a valores e objetivos próprios. É justamente nesse processo de apropriação e ressignificação que podemos observar o rendimento analítico de uma teoria etnográfica do esporte: ao invés de tomar o esporte como uma instituição universal previamente definida, trata-se de acompanhar como diferentes coletivos mobilizam sua gramática para produzir sentidos específicos.

4.2. A ambivalência do surfe

O trecho da entrevista dois, exposto na introdução, põe semanticamente o surfe em um lugar bastante prosaico. Aproximando-o da categoria “vida”, no relato de um entrevistado que versava sobre os esportes que já realizou, o surfe é levado a dimensões menos competitivas de seu espectro e se aproxima de formulações lindeiras à “filosofia de vida”, “estilo de vida” ou “modo de vida”⁸. O que justifica a associação proferida pelo entrevistado de um dos autores deste artigo? Em que consiste associar uma trajetória de mais de 40 anos em uma prática à noção de “vida” em detrimento da noção de “esporte”? É imprescindível ultrapassar a aparente superficialidade da afirmação e inquiri-la.

Aqui, a ênfase está menos na categoria “vida” — que, por si só, possui um percurso bastante particular na história do Ocidente⁹ — e mais em como o surfe é discursivamente distanciado de “esporte” para passar a corresponder a outros signos. A etnografia que dá base

⁸ A bibliografia acadêmica existente não deixou de se atentar à persistência de uma singularidade presente na prática e incorporou o surfe nas agendas de estudo subculturais (Fortes, 2011), esportes da natureza (radicais) (Dias, 2008) e *lifestyle sports* (Brown; Ford, 2006).

⁹ No Ocidente, a categoria “vida” sempre aludiu a ideias de ação, movimento e fluxo em oposição a noções que se aproximam de estrutura e estase. Isso está muito relacionado à emergência entre os séculos XVIII e XIX do vitalismo, doutrina filosófica e biológica que postula a existência de uma “energia vital” ou “impulso vital” nos organismos vivos no âmbito de consolidação da ciência moderna (Lash, 2006).

às considerações aqui expostas é um empreendimento feito há três anos, sendo a metade desse tempo dedicado ao trabalho de campo, realizado no bairro do Recreio dos Bandeirantes, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A investigação centra-se no estudo do consumo social e esportivo do surfe na região, privilegiando os *picos* existentes entre o “Canto do Recreio” e a Praia da Macumba, que são separados por uma pequena faixa de areia e pela Pedra do Pontal. Em termos empíricos, a pesquisa encontra-se em fase avançada de desenvolvimento; possui um viés tanto corporal quanto representacional, pois privilegia o envolvimento direto do etnógrafo com a prática, seus praticantes e sistemas classificatórios.

Duca (54 anos), apelido de meu entrevistado, é uma figura emblemática do surfe carioca, tendo alguma projeção nacional por ter competido e participado de perto, durante as décadas de 1980 e 1990, de acontecimentos importantes à profissionalização do esporte no país. Posteriormente, trabalhou como representante comercial de grandes marcas nacionais e internacionais da bilionária indústria do *surfwear* e, atualmente, possui um perfil com cerca de 60 mil seguidores na rede social Instagram (@surfdidatico), onde dá dicas sobre a prática, reage a conteúdos relacionados e promove cursos de surfe particulares. Após inúmeras visitas à Indonésia, em 2021 se mudou temporariamente para Bali (cerca de seis meses) e, quando esteve lá, relata ter passado por uma experiência espiritual *libertadora*, cuja parte pode ser creditada ao surfe.

O surfe é a “vida” de Duca, pois possui valor imanente: forjou sua trajetória pessoal, instituiu suas redes de relações e permanece a lhe apresentar horizontes de possibilidade profissional e pessoal. Além disso, possui valor transcendente porque se intenta englobante: busca restituir uma espécie de totalidade perdida ao ser disposto discursivamente enquanto “motivo condutor” (*Leitmotiv*) de sua trajetória pessoal — característica amplamente presente nas (auto)biografias de surfistas (Finnegan, 2017; Burle, 2017; Souza, 2021).

Ao comparar a prática enfocada com outra modalidade reconhecida como esporte radical, Cleber Dias escreve:

[...] tal como no montanhismo, mas por motivos diferentes, o surfe continuaria sendo ‘um esporte diferente’. Sua estrutura organizacional convive até hoje com um forte sentido de *ambivalência*. Mesmo diante do aumento progressivo das premiações e da sua indiscutível institucionalização, foi preservado o sentido de que o surfe é muito mais do que um esporte (Dias, 2008, p. 143, grifo nosso).

A ambivalência perceptível no surfe, prossegue a argumentação do autor, deve ser considerada uma “estrutura-estruturante” dessa modalidade. Etnograficamente, essa ambivalência se verifica entre outros interlocutores, como são os caso, por exemplo, de Caio

Knappi (22 anos) e Rafael Oberlander (17 anos), jovens atletas e promessas da modalidade, que se mudaram para o bairro Recreio dos Bandeirantes em busca de oportunidades mais vantajosas no mercado. Em entrevista realizada no dia 05/03/26, eles afirmam, respectivamente, que o surfe “(...) é meu estilo de vida, meu trabalho, meu lazer e minha vida”; e aquilo “(...) que eu quero pra mim: ser surfista a vida toda. Não importa o que eu faça, não quero trabalhar com alguma coisa que me atrapalhe a surfar. Na real, não queria nem trabalhar, só surfar”.

De acordo com os entrevistados, o desejo de fruir dessa prática convive com uma sensação constante de desgaste (não apenas físico, mas também mental), acarretada pela tentativa de conciliar o sonho da carreira esportiva com a necessidade de trabalhar como instrutor de surfe. Entre outros motivos, essa dualidade ocorre porque eles não possuem patrocínio que lhes permita dedicação exclusiva a treinos e competições. O ápice dessa tensão pode se manifestar de algumas maneiras no plano de suas vidas diárias; uma delas é pela ausência do sentimento de *secura* (ou *fissura*), descrito como a vontade incontrolável de surfar pela qual são acometidos, o que acaba por afastá-los do mar por alguns períodos curtos de tempo.

Tanto para surfistas quanto para o público em geral, a comodificação da modalidade, amplamente empreendida ao menos desde a década de 1960, dotou o surfe da capacidade de construir identidades em torno de sua órbita (Brown; Ford, 2006, p. 68). Em qualquer carreira esportiva (no sentido de um dispêndio progressivo de tempo na modalidade), o caminho raramente é linear e envolve a flutuação nos níveis de envolvimento, comprometimento e aderência aos valores veiculados localmente pela prática (Ibid., p. 75). Daí surgem as diferentes identidades que povoam o universo surfístico: surfistas profissionais, surfistas de final de semana, surfistas de alma, *free surfers*, etc. Para muitos deles, a escolha pela profissionalização representou uma via dúctil ao eterno hedonismo de surfar, uma maneira de tentar apaziguar a ambiguidade entre o *prazer* e a *disciplina* (Booth, 1995), entre o prazer de estar constantemente no mar e a necessidade de subsistir, entre a necessidade de galgar prestígio profissional e satisfação pessoal, sem ter que *trabalhar com alguma coisa que me atrapalhe a surfar*.

Essa é uma das maneiras pelas quais visualizamos a preeminência da tensão ludocompetitiva na esteira das significações e interpretações daqueles que são os praticantes dessas modalidades. É uma das formas pelas quais vemos o surfe explodir de sua esfera esportiva convencional e escorrer para aquilo que os agentes chamam de “vida”.

5. Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos argumentar que a categoria “esporte”, tal como consolidada nas Ciências Sociais, foi historicamente atravessada por um conjunto de valores associados à modernidade ocidental, sobretudo aqueles ligados à racionalização, à competição, à mensuração do desempenho e à institucionalização das práticas corporais. Sem negar a importância dessas formulações, procuramos demonstrar que elas acabaram por estabilizar um determinado padrão de análise do fenômeno esportivo, frequentemente orientado pelo paradigma da esportivização. Em contrapartida, defendemos que as etnografias permitem observar que o esporte é atravessado por uma tensão constitutiva entre dimensões competitivas e lúdicas, cuja modulação varia conforme os contextos sociais e os sentidos produzidos pelos próprios agentes.

Foi nesse horizonte que propusemos pensar a noção de tensão ludocompetitiva como chave analítica. Longe de representar polos mutuamente excludentes, o lúdico e o competitivo coexistem de maneira dinâmica na constituição das práticas esportivas, ainda que recebam pesos e significados distintos em cada contexto. Como proposta metodológica para nos aproximarmos de forma antropológicamente produtiva dos sentidos nativos, propomos a ideia de uma “teoria etnográfica do esporte”, tornando estes sentidos grades de inteligibilidade para pensarmos outras experiências e os próprios conceitos acadêmicos.

Os dois casos etnográficos apresentados permitem visualizar como a tensão ludocompetitiva se expressa de maneiras distintas. Nos Jogos Indígenas Pataxó, ela aparece na oposição entre competição e celebração. O movimento de reformulação dos Jogos indica um esforço deliberado de minimizar os aspectos disjuntivos da competição esportiva e enfatizar dimensões conjuntivas ligadas à identidade coletiva, à integração entre aldeias e à luta política do povo Pataxó. Já entre os surfistas cariocas, a tensão emerge na contraposição entre esporte e vida. Nesse contexto, “esporte” tende a remeter aos vínculos formais da profissionalização, da disciplina e das exigências do mercado, enquanto “vida” aparece associada à experiência existencial do surfe como forma de habitar o mundo, organizar trajetórias pessoais e produzir sentidos para si.

Em ambos os casos, o esporte emerge como um campo aberto de significações, constantemente apropriado, deslocado e ressignificado pelos próprios agentes. Talvez seja precisamente nesse movimento entre conceitos acadêmicos e teorias nativas, entre regularidades comparáveis e experiências situadas que resida uma das contribuições centrais da antropologia dos esportes para o debate epistemológico e metodológico do campo.

6. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Amanda. A formação do habitus de enxadristas: corpo, performatividades e emoções em jogo. **Tese** (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2024.

BANDEIRA, Marília Martins. No galejo da remada: estudo etnográfico sobre a noção de aventura em Brotas, SP. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2013.

BERLIN, Isaiah. **As raízes do romantismo**. São Paulo : Fósforo, 2022.

BOOTH, Douglas. Ambiguities in Pleasure and Discipline: The Development of Competitive Surfing. **Journal of Sport History** , Fall 1995, Vol. 22, No. 3, 1995, pp. 189-206.

BOURDIEU, Pierre. “O que é ser esportivo?”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 2003.

BOURDIEU, Pierre. “Programa para uma sociologia do esporte”. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BROHM, Jean-Marie. **Sociología política del deporten**. Fondo de Cultura Económica México, 1982.

BROWN, David; FORD, Nick. **Surfing and Social Theory**: experience, embodiment and narrative of the dream glide. London: Routledge, 2006.

BURLE, Carlos. VIANA, André. **Carlos Burle**: profissão surfista. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

COSTA, Carlos Eduardo. Ikindene hekugu: uma etnografia da luta e dos lutadores no Alto Xingu. **Tese** (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DIAS, Cleber. **Urbanidades da natureza**: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DUARTE, Luiz F. A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente. **RBCS** Vol. 19 nº. 55, 2004.

DUARTE, Luiz F. O paradoxo de Bergson: diferença e holismo na antropologia do Ocidente. **Mana**. Estudos de Antropologia Social 18 (3):417-448, 2012.

- ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- FINNEGAN, William. **Dias bárbaros**: uma vida no surfe. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.
- FIRTH, Raymond. A dart match in Tikopia: a study in the sociology of primitive sport. **Oceania**, vol. 1, no. 1, University of Sydney, Sydney, 1930.
- FORTES, Rafael. **O surfe nas ondas da mídia**: esporte, juventude e cultura. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- GASTALDO, Edison. Estudos Sociais do Esporte: vicissitudes e possibilidades de um campo em formação. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 6–15, 2010.
- GIULIANOTTI, Richard. **Sport and Modern Social Theorists**. Hampshire: Palgrave, 2004.
- GLUCKMAN, Mary; GLUCKMAN, Max. On Drama, and Games and Athletic Contests. In: Sally F. Moore & Barbara G. Myerhoff. **Secular Ritual**. Amsterdam: Van Gorcum, 1977, pp. 227-243.
- GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, 46 (2), 2003, p. 446-476.
- GUEDES, Simoni Lahud. **O futebol brasileiro**: instituição zero. São Paulo: Editora Ludopédio, 2023.
- GUTTMANN, Allen. **From ritual to record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University Press, 1978.
- HOUAISS. Esporte. In: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa [online]. Disponível em: Verbete Esporte. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php/c5e/esporte>. Acesso em: 21 maio 2026.
- LASH, Scott. Life (Vitalism). **Theory, Culture & Society** 23 (2-3), p. 323-329. 2006
- LAVILLE, Christian; DiONNE, Jean. **A construção do saber**. Minas Gerais: Editora UFMG, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **A ciência do concreto**. In: O pensamento selvagem. Tradução: Tânia Pellegrini. 12a ed. Campinas: Papirus, 2012.
- MELO, Victor Andrade de. **Esporte e Lazer**: conceitos: uma introdução histórica. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, Victor Andrade de. “Por uma história comparada do esporte: possibilidades, potencialidades e limites”. In: MELO, Victor Andrade de (Org.). **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007.

ROCHA, Verônica. Ninguém se arrisca à toa: os sentidos da vida para praticantes do esporte base jump. In: COELHO, Maria C. C; REZENDE, Claudia B. (orgs.). **Cultura e sentimentos**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

ROJO, Luiz Fernando. Igualdade de sexo e desigualdade de gênero: relações entre homens e mulheres no hipismo, omertaa. **Journal for applied anthropology**, 2007.

SOUZA, Ricardo. **Rico, o embaixador do surfe**: a biografia.; em depoimento a João Marcelo Garcez. Rio de Janeiro: Lacre, 2021.

TURNER, Victor. **Do ritual ao teatro**: a seriedade humana de brincar. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

TYLOR, Edward B. Remarks on the geographical distribution of games. **The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, Vol.9, p. 23-30, 1880.

VIANNA, Fernando. **Boleiros do cerrado**: Índios Xavantes e o futebol. São Paulo: Annablume; FAPESP; ISA, 2008.